



A Ciência e os caminhos do desenvolvimento

**MECANISMOS DE GOVERNANÇA NAS AGLOMERAÇÕES URBANAS
DA REGIÃO DO NORTE FLUMINENSE: O CASO DA POLÍTICA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS.**

Jéssica da Silveira Gonçalves Barcelos, Nilo Lima de Azevedo.

O presente trabalho integra uma pesquisa maior intitulada “O papel das aglomerações urbanas de Cabo Frio, Campos dos Goytacazes e Macaé no processo de reestruturação sócio espacial do Estado do Rio de Janeiro: caminhando em direção a uma nova Região Metropolitana?”. A pesquisa foi iniciada a partir do estudo do IBGE (2015) “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil”, nele são apontadas como aglomerações urbanas do interior do estado do Rio de Janeiro as de Cabo Frio, Macaé e Campos dos Goytacazes. Uma questão importante salientada pelo estudo e não aprofundada, é que estas aglomerações urbanas devem possuir vários tipos de relações políticas e sociais comuns que necessitam ser investigadas de forma mais detida. O objetivo central dessa é conhecer como os municípios da Região do Norte Fluminense buscaram estratégias e estruturas de incentivos para a consecução das ações coletivas visando sanar problemas comuns mediante instrumentos e mecanismos supralocais que viabilizem a coordenação e a efetivação de políticas locais direcionando ao desenvolvimento regional, em especial será analisada a política de Resíduos Sólidos. Para o tal foram realizados estudos por meio de levantamento bibliográfico e documental, além de trabalho de campo e entrevistas com gestores públicos. No que concerne à política de resíduos sólidos na Região do Norte Fluminense, especificamente no município de Campos dos Goytacazes, que possui um aterro sanitário que é utilizado pelos municípios do seu entorno, observou-se que não há na região a formação de um consórcio para esta política, embora tenha existido uma tentativa frustrada da concretização e consecução do Consórcio do Noroeste II na Região Noroeste. Como resultado, foi percebida a necessidade de fortalecimento de mecanismos de monitoramento e fiscalização da provisão dos serviços públicos relacionados à política de resíduos sólidos, bem como da execução dos contratos realizados entre as empresas responsáveis por este serviço, que acabam por controlar essa política. Percebendo-se qual o papel está sendo desempenhado pelos municípios como gestores de políticas locais e como estes administram a sua autonomia federativa, relacionando e descobrindo qual a estrutura de incentivo empregada para incrementar as relações de barganha no âmbito da Governança supralocal.

Palavras-chave: Política de Resíduos Sólidos, Governança supralocal, Desenvolvimento regional.

Instituição de fomento: CNPq